

Introdução ao Dossiê Temático: Intelectuais e esferas públicas: entre o poder e a mídia

Fábio Henrique Pereira

Doutor em Comunicação. Professor Adjunto na Universidade de Brasília - Brasil

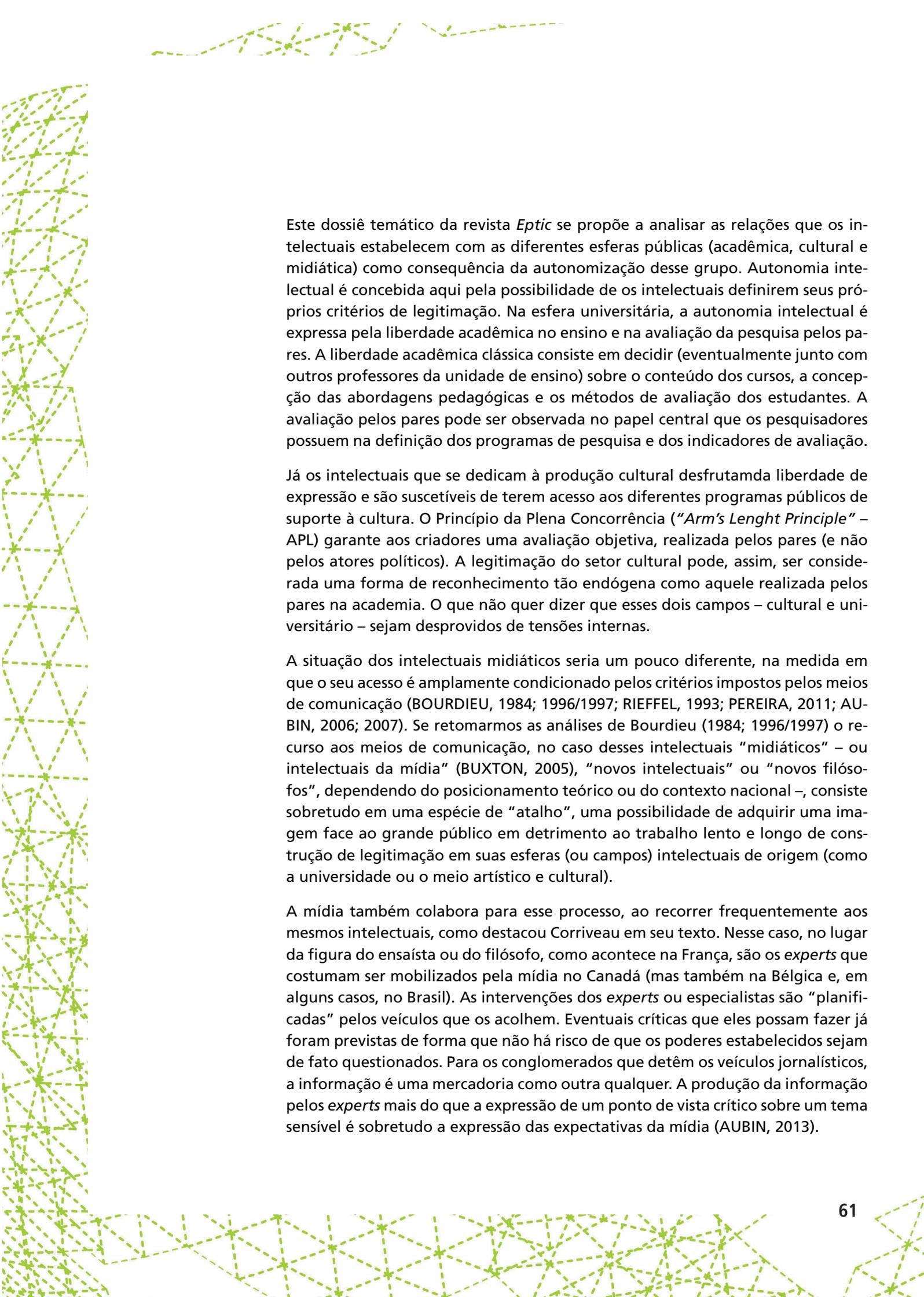
Pesquisador associado ao Centre de Recherche en Information et Communication (ReSIC), Université Libre de Bruxelles, Bélgica

Contato: fabiop@gmail.com

France Aubin

Doutora em Comunicação. Professora Associada na Université du Québec à Trois Rivières - Canadá

Contato: France.aubin@uqtr.ca

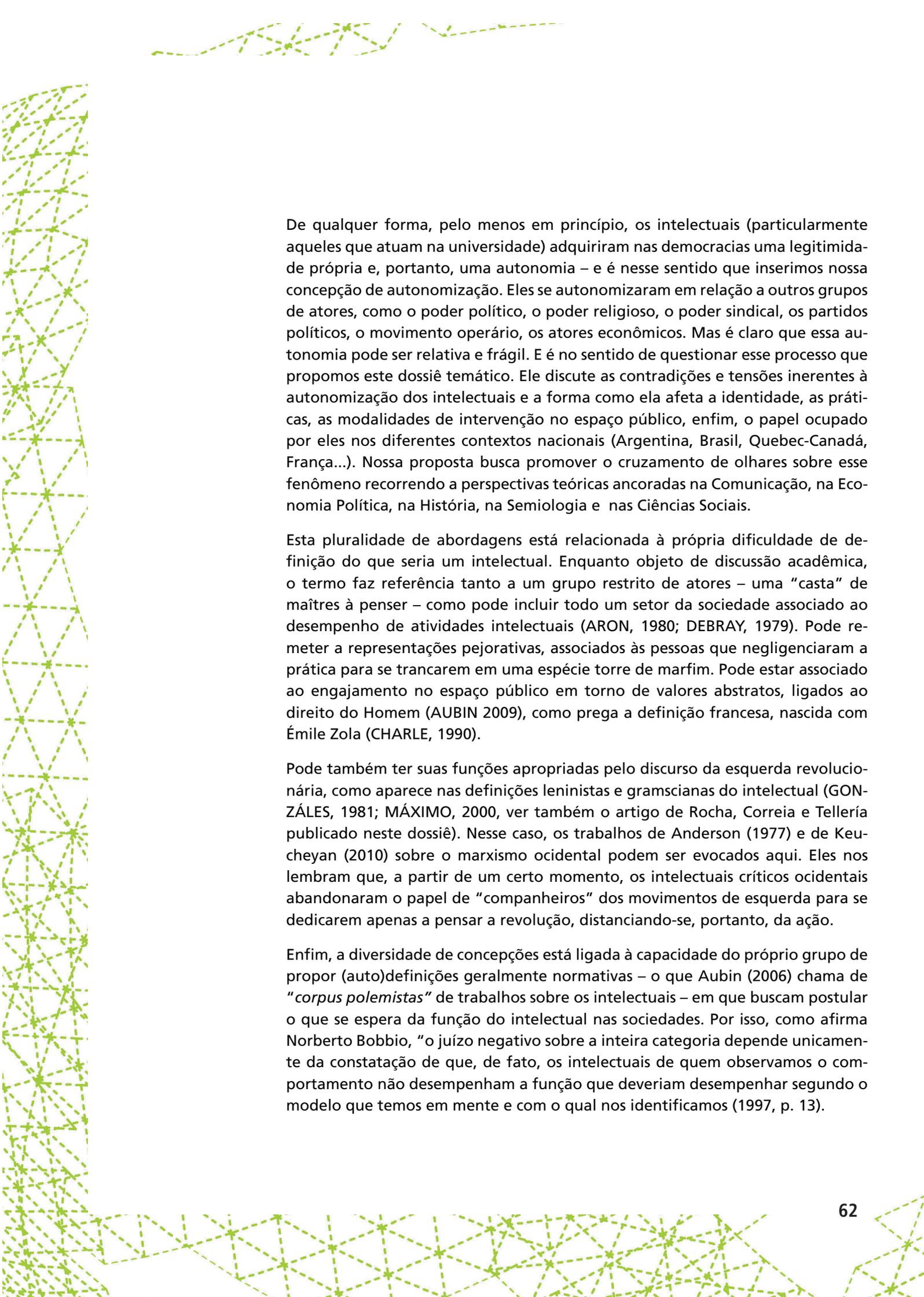


Este dossiê temático da revista *Eptic* se propõe a analisar as relações que os intelectuais estabelecem com as diferentes esferas públicas (acadêmica, cultural e midiática) como consequência da autonomização desse grupo. Autonomia intelectual é concebida aqui pela possibilidade de os intelectuais definirem seus próprios critérios de legitimação. Na esfera universitária, a autonomia intelectual é expressa pela liberdade acadêmica no ensino e na avaliação da pesquisa pelos pares. A liberdade acadêmica clássica consiste em decidir (eventualmente junto com outros professores da unidade de ensino) sobre o conteúdo dos cursos, a concepção das abordagens pedagógicas e os métodos de avaliação dos estudantes. A avaliação pelos pares pode ser observada no papel central que os pesquisadores possuem na definição dos programas de pesquisa e dos indicadores de avaliação.

Já os intelectuais que se dedicam à produção cultural desfrutam da liberdade de expressão e são suscetíveis de terem acesso aos diferentes programas públicos de suporte à cultura. O Princípio da Plena Concorrência (“*Arm’s Length Principle*” – APL) garante aos criadores uma avaliação objetiva, realizada pelos pares (e não pelos atores políticos). A legitimação do setor cultural pode, assim, ser considerada uma forma de reconhecimento tão endógena como aquele realizada pelos pares na academia. O que não quer dizer que esses dois campos – cultural e universitário – sejam desprovidos de tensões internas.

A situação dos intelectuais midiáticos seria um pouco diferente, na medida em que o seu acesso é amplamente condicionado pelos critérios impostos pelos meios de comunicação (BOURDIEU, 1984; 1996/1997; RIEFFEL, 1993; PEREIRA, 2011; AUBIN, 2006; 2007). Se retomarmos as análises de Bourdieu (1984; 1996/1997) o recurso aos meios de comunicação, no caso desses intelectuais “midiáticos” – ou intelectuais da mídia” (BUXTON, 2005), “novos intelectuais” ou “novos filósofos”, dependendo do posicionamento teórico ou do contexto nacional –, consiste sobretudo em uma espécie de “atalho”, uma possibilidade de adquirir uma imagem face ao grande público em detrimento ao trabalho lento e longo de construção de legitimação em suas esferas (ou campos) intelectuais de origem (como a universidade ou o meio artístico e cultural).

A mídia também colabora para esse processo, ao recorrer frequentemente aos mesmos intelectuais, como destacou Corriveau em seu texto. Nesse caso, no lugar da figura do ensaísta ou do filósofo, como acontece na França, são os *experts* que costumam ser mobilizados pela mídia no Canadá (mas também na Bélgica e, em alguns casos, no Brasil). As intervenções dos *experts* ou especialistas são “planejadas” pelos veículos que os acolhem. Eventuais críticas que eles possam fazer já foram previstas de forma que não há risco de que os poderes estabelecidos sejam de fato questionados. Para os conglomerados que detêm os veículos jornalísticos, a informação é uma mercadoria como outra qualquer. A produção da informação pelos *experts* mais do que a expressão de um ponto de vista crítico sobre um tema sensível é sobretudo a expressão das expectativas da mídia (AUBIN, 2013).

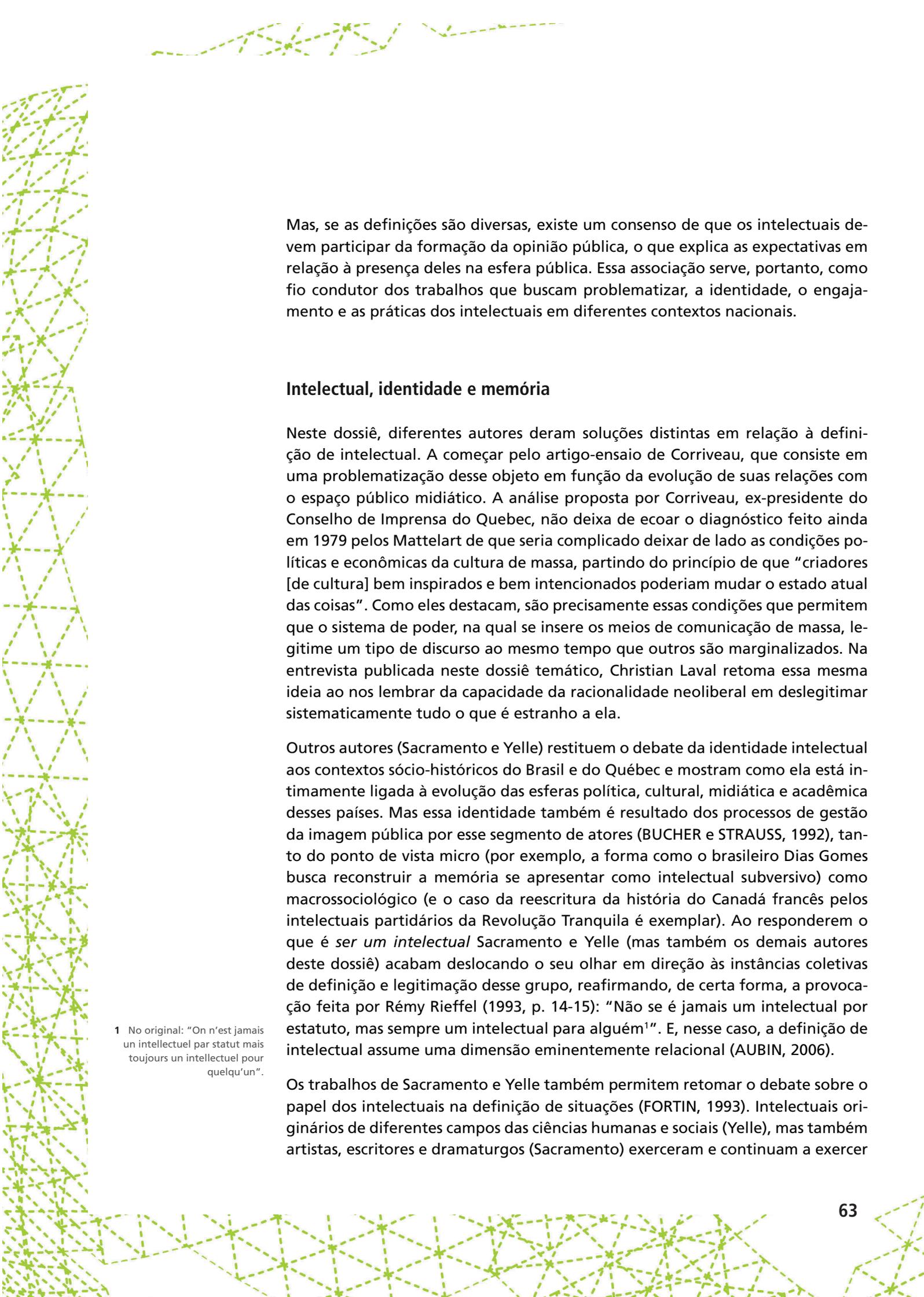


De qualquer forma, pelo menos em princípio, os intelectuais (particularmente aqueles que atuam na universidade) adquiriram nas democracias uma legitimidade própria e, portanto, uma autonomia – e é nesse sentido que inserimos nossa concepção de autonomização. Eles se autonomizaram em relação a outros grupos de atores, como o poder político, o poder religioso, o poder sindical, os partidos políticos, o movimento operário, os atores econômicos. Mas é claro que essa autonomia pode ser relativa e frágil. E é no sentido de questionar esse processo que propomos este dossiê temático. Ele discute as contradições e tensões inerentes à autonomização dos intelectuais e a forma como ela afeta a identidade, as práticas, as modalidades de intervenção no espaço público, enfim, o papel ocupado por eles nos diferentes contextos nacionais (Argentina, Brasil, Quebec-Canadá, França...). Nossa proposta busca promover o cruzamento de olhares sobre esse fenômeno recorrendo a perspectivas teóricas ancoradas na Comunicação, na Economia Política, na História, na Semiologia e nas Ciências Sociais.

Esta pluralidade de abordagens está relacionada à própria dificuldade de definição do que seria um intelectual. Enquanto objeto de discussão acadêmica, o termo faz referência tanto a um grupo restrito de atores – uma “casta” de maîtres à penser – como pode incluir todo um setor da sociedade associado ao desempenho de atividades intelectuais (ARON, 1980; DEBRAY, 1979). Pode remeter a representações pejorativas, associados às pessoas que negligenciaram a prática para se trancarem em uma espécie torre de marfim. Pode estar associado ao engajamento no espaço público em torno de valores abstratos, ligados ao direito do Homem (AUBIN 2009), como prega a definição francesa, nascida com Émile Zola (CHARLE, 1990).

Pode também ter suas funções apropriadas pelo discurso da esquerda revolucionária, como aparece nas definições leninistas e gramscianas do intelectual (GONZÁLES, 1981; MÁXIMO, 2000, ver também o artigo de Rocha, Correia e Tellería publicado neste dossiê). Nesse caso, os trabalhos de Anderson (1977) e de Keucheyan (2010) sobre o marxismo ocidental podem ser evocados aqui. Eles nos lembram que, a partir de um certo momento, os intelectuais críticos ocidentais abandonaram o papel de “companheiros” dos movimentos de esquerda para se dedicarem apenas a pensar a revolução, distanciando-se, portanto, da ação.

Enfim, a diversidade de concepções está ligada à capacidade do próprio grupo de propor (auto)definições geralmente normativas – o que Aubin (2006) chama de “*corpus polemistas*” de trabalhos sobre os intelectuais – em que buscam postular o que se espera da função do intelectual nas sociedades. Por isso, como afirma Norberto Bobbio, “o juízo negativo sobre a inteira categoria depende unicamente da constatação de que, de fato, os intelectuais de quem observamos o comportamento não desempenham a função que deveriam desempenhar segundo o modelo que temos em mente e com o qual nos identificamos (1997, p. 13).



Mas, se as definições são diversas, existe um consenso de que os intelectuais devem participar da formação da opinião pública, o que explica as expectativas em relação à presença deles na esfera pública. Essa associação serve, portanto, como fio condutor dos trabalhos que buscam problematizar, a identidade, o engajamento e as práticas dos intelectuais em diferentes contextos nacionais.

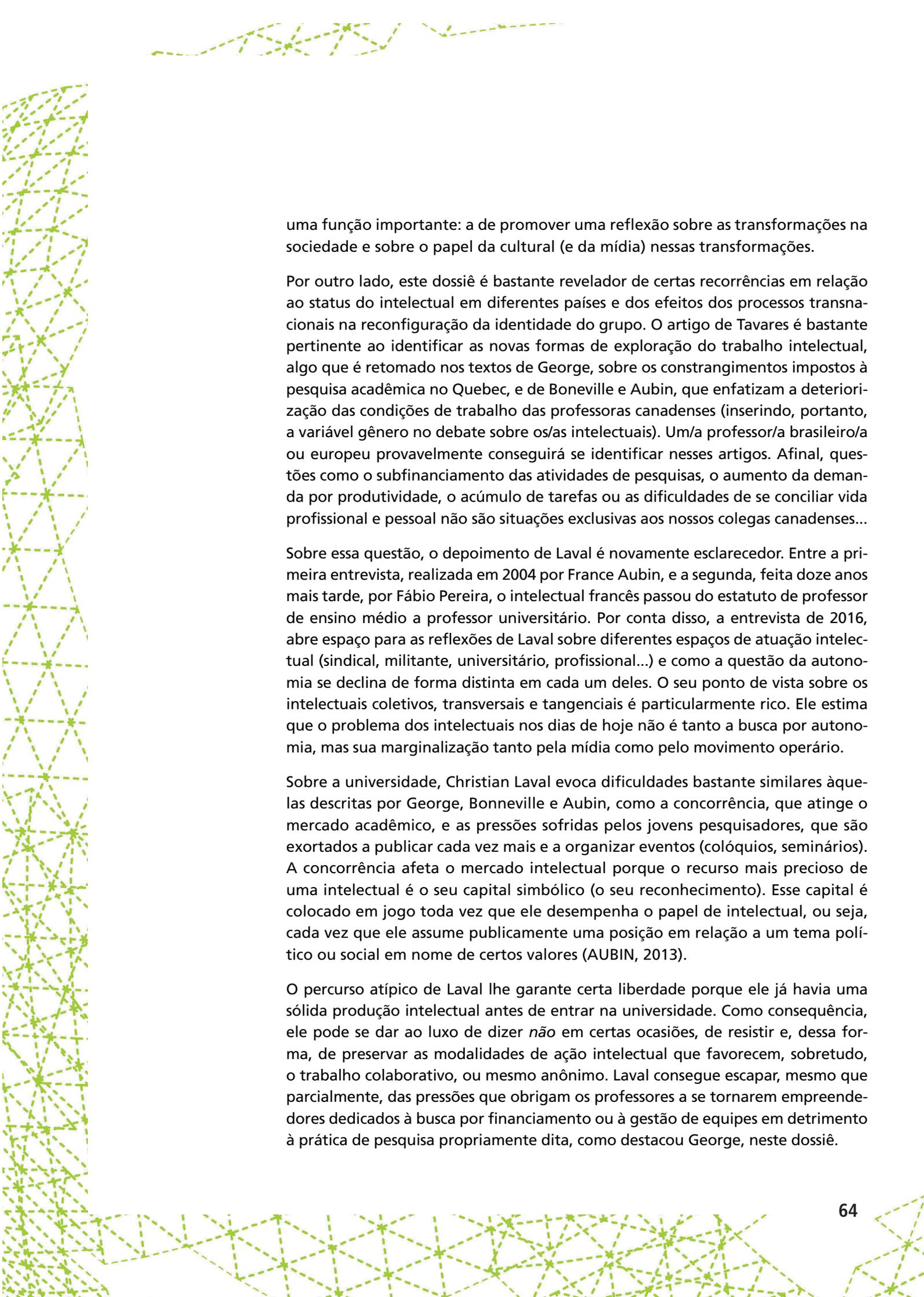
Intelectual, identidade e memória

Neste dossiê, diferentes autores deram soluções distintas em relação à definição de intelectual. A começar pelo artigo-ensaio de Corriveau, que consiste em uma problematização desse objeto em função da evolução de suas relações com o espaço público midiático. A análise proposta por Corriveau, ex-presidente do Conselho de Imprensa do Quebec, não deixa de ecoar o diagnóstico feito ainda em 1979 pelos Mattelart de que seria complicado deixar de lado as condições políticas e econômicas da cultura de massa, partindo do princípio de que “criadores [de cultura] bem inspirados e bem intencionados poderiam mudar o estado atual das coisas”. Como eles destacam, são precisamente essas condições que permitem que o sistema de poder, na qual se insere os meios de comunicação de massa, legitime um tipo de discurso ao mesmo tempo que outros são marginalizados. Na entrevista publicada neste dossiê temático, Christian Laval retoma essa mesma ideia ao nos lembrar da capacidade da racionalidade neoliberal em deslegitimar sistematicamente tudo o que é estranho a ela.

Outros autores (Sacramento e Yelle) restituem o debate da identidade intelectual aos contextos sócio-históricos do Brasil e do Québec e mostram como ela está intimamente ligada à evolução das esferas política, cultural, midiática e acadêmica desses países. Mas essa identidade também é resultado dos processos de gestão da imagem pública por esse segmento de atores (BUCHER e STRAUSS, 1992), tanto do ponto de vista micro (por exemplo, a forma como o brasileiro Dias Gomes busca reconstruir a memória se apresentar como intelectual subversivo) como macrossociológico (e o caso da reescritura da história do Canadá francês pelos intelectuais partidários da Revolução Tranquila é exemplar). Ao responderem o que é *ser um intelectual* Sacramento e Yelle (mas também os demais autores deste dossiê) acabam deslocando o seu olhar em direção às instâncias coletivas de definição e legitimação desse grupo, reafirmando, de certa forma, a provocação feita por Rémy Rieffel (1993, p. 14-15): “Não se é jamais um intelectual por estatuto, mas sempre um intelectual para alguém¹”. E, nesse caso, a definição de intelectual assume uma dimensão eminentemente relacional (AUBIN, 2006).

¹ No original: “On n’est jamais un intellectuel par statut mais toujours un intellectuel pour quelqu’un”.

Os trabalhos de Sacramento e Yelle também permitem retomar o debate sobre o papel dos intelectuais na definição de situações (FORTIN, 1993). Intelectuais originários de diferentes campos das ciências humanas e sociais (Yelle), mas também artistas, escritores e dramaturgos (Sacramento) exerceram e continuam a exercer



uma função importante: a de promover uma reflexão sobre as transformações na sociedade e sobre o papel da cultural (e da mídia) nessas transformações.

Por outro lado, este dossiê é bastante revelador de certas recorrências em relação ao status do intelectual em diferentes países e dos efeitos dos processos transnacionais na reconfiguração da identidade do grupo. O artigo de Tavares é bastante pertinente ao identificar as novas formas de exploração do trabalho intelectual, algo que é retomado nos textos de George, sobre os constrangimentos impostos à pesquisa acadêmica no Quebec, e de Boneville e Aubin, que enfatizam a deterioração das condições de trabalho das professoras canadenses (inserindo, portanto, a variável gênero no debate sobre os/as intelectuais). Um/a professor/a brasileiro/a ou europeu provavelmente conseguirá se identificar nesses artigos. Afinal, questões como o subfinanciamento das atividades de pesquisas, o aumento da demanda por produtividade, o acúmulo de tarefas ou as dificuldades de se conciliar vida profissional e pessoal não são situações exclusivas aos nossos colegas canadenses...

Sobre essa questão, o depoimento de Laval é novamente esclarecedor. Entre a primeira entrevista, realizada em 2004 por France Aubin, e a segunda, feita doze anos mais tarde, por Fábio Pereira, o intelectual francês passou do estatuto de professor de ensino médio a professor universitário. Por conta disso, a entrevista de 2016, abre espaço para as reflexões de Laval sobre diferentes espaços de atuação intelectual (sindical, militante, universitário, profissional...) e como a questão da autonomia se declina de forma distinta em cada um deles. O seu ponto de vista sobre os intelectuais coletivos, transversais e tangenciais é particularmente rico. Ele estima que o problema dos intelectuais nos dias de hoje não é tanto a busca por autonomia, mas sua marginalização tanto pela mídia como pelo movimento operário.

Sobre a universidade, Christian Laval evoca dificuldades bastante similares àquelas descritas por George, Bonneville e Aubin, como a concorrência, que atinge o mercado acadêmico, e as pressões sofridas pelos jovens pesquisadores, que são exortados a publicar cada vez mais e a organizar eventos (colóquios, seminários). A concorrência afeta o mercado intelectual porque o recurso mais precioso de uma intelectual é o seu capital simbólico (o seu reconhecimento). Esse capital é colocado em jogo toda vez que ele desempenha o papel de intelectual, ou seja, cada vez que ele assume publicamente uma posição em relação a um tema político ou social em nome de certos valores (AUBIN, 2013).

O percurso atípico de Laval lhe garante certa liberdade porque ele já havia uma sólida produção intelectual antes de entrar na universidade. Como consequência, ele pode se dar ao luxo de dizer *não* em certas ocasiões, de resistir e, dessa forma, de preservar as modalidades de ação intelectual que favorecem, sobretudo, o trabalho colaborativo, ou mesmo anônimo. Laval consegue escapar, mesmo que parcialmente, das pressões que obrigam os professores a se tornarem empreendedores dedicados à busca por financiamento ou à gestão de equipes em detrimento à prática de pesquisa propriamente dita, como destacou George, neste dossiê.



Esse conjunto de artigos permite, portanto, questionar a própria noção de “autonomia intelectual” e evidenciar as relações de dependência desses atores em relação a outras esferas sociais – algo que Bourdieu (1984; 1989; 1992; 1996/1997) já havia denunciado em seus trabalhos sobre os campos acadêmico e cultural. Além disso, o fato de falarmos de processos transacionais, que afetam intelectuais de diferentes países, poderia ser um indicador de um possível processo de estandarização do estatuto do intelectual. O fato de serem confrontados pelos mesmos problemas (ou por problemas semelhantes) poderia servir como um estímulo ou um ponto de partida para o desenvolvimento de estratégias comuns de resistência e de intervenção no espaço público. Esse tipo de questionamento já havia sido trabalhado por Aubin em 2006, em sua tese de doutorado sobre as estratégias de engajamento dos intelectuais críticos da globalização. E ele reaparece na leitura sincrônica do conjunto de artigos deste dossiê.

De certa forma, os intelectuais que fazem uma carreira internacional partilham de preocupações comuns e que podem ser trabalhadas coletivamente – algo que nós (Fábio e France) estamos fazendo neste dossiê. Há algumas décadas que se fala da crise da mídia, discutida particularmente por Corriveau, e da crise da cultura, como analisam Sacramento e Yelle. Mais recentemente teve início um debate sobre a crise da universidade. Os pesquisadores começam a perceber que a tão chamada autonomia intelectual, que de forma simplista consistiria no julgamento pelos pares, tem sido submetida a critérios que refletem o princípio do capital que gera mais capital (se você consegue financiar sua pesquisa, é bem provável que os seus orientandos também o consigam, e se você consegue um financiamento, você terá a acesso a outros) ou parece comprometida por uma lógica de reprodução do capital simbólica e que leva à reprodução de um capital não simbólico. Esses os critérios acabam afastando acadêmicos do ativismo, ou seja, de assumir o papel de intelectuais. Por isso, a crise das universidades também pode ser vista como uma crise dos intelectuais.

Pode ser que a passagem dos intelectuais estadunidenses (JACOBY, 1987) e brasileiros (PEREIRA, 2011) da imprensa escrita rumo à universidade e à mídia audiovisual explicaria a importância (ou pelo menos ilustraria de forma crítica) dessas crises que podem parecer, num primeiro olhar, setoriais, mas que remetem a crises mais estruturais ligadas à emergência do neoliberalismo e, retomando aqui os termos de Laval, do utilitarismo. A universidade seria, nesse sentido, uma antítese da torre de marfim e muito mais permeável, como as demais instituições, às influências externas. As reflexões de George sobre a necessidade de rever os parâmetros de uma pesquisa que se pretende “livre” vão nessa direção; da mesma forma, Laval, propõe algumas pistas para resistir à influência neoliberal no meio acadêmico.



2 Por exemplo, o recém lançado vídeo-manifesto *Intelectuais pelo Fora Temer* (<https://www.youtube.com/watch?v=H1Xq5hRPMa8>) nos parece bastante revelador das modalidades de autopromoção dos intelectuais no Brasil face à atualidade política.

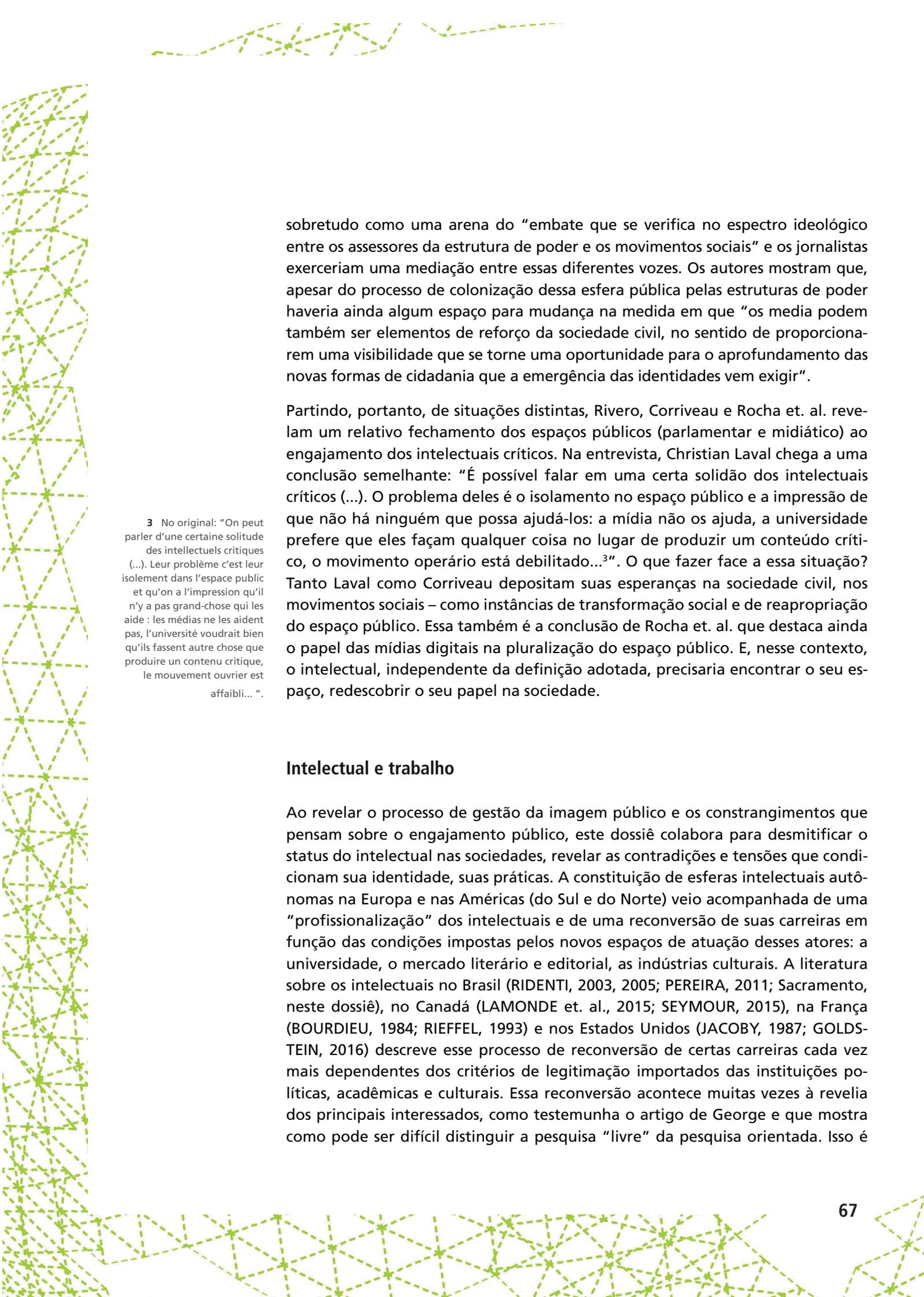
Intelectual e espaço público

O intelectual também se define pelo seu engajamento no espaço público. Essas intervenções públicas podem ser associadas a diferentes ações, como esclarecer, sensibilizar ou mesmo mobilizar a opinião pública (AUBIN, 2006). Essa associação direta entre intelectual e espaço público não resolve necessariamente o problema de definição do grupo, como explica Corriveau,. Pelo contrário, levanta um outro conjunto de questões: Quem deve se engajar? Sobre quais temas? Em que condições? Ora, desde o *Affaire Dreyffus* e o “nascimento” dos intelectuais na França, que a análise dessa dimensão pública do intelectual “em ação” (AUBIN, 2006) é em um indicador importante para a construção de uma sociologia do grupo (CHARLE, 1990), de suas relações com a mídia e com a sociedade. Assim, a pergunta *o que é ser um intelectual* também pode ser respondida pela análise das intervenções públicas de indivíduos e coletividades que se autodefinem como pertencentes a essa categoria de atores².

Esse tipo de questionamento estrutura os trabalhos de Rivero, de Corriveau e de Rocha et. al. O primeiro consiste em um estudo de caso sobre a participação dos intelectuais nos debates em torno da Lei de Comunicações Convergentes na Argentina. O autor mostra como os intelectuais acadêmicos daquele país fizeram uso de um princípio de autoridade, baseado em critérios de conhecimento e competência, enfatizando, dessa forma, as consequências técnicas e econômicas da nova lei. “Si bien la elaboración de toda política pública implica la consulta y participación de especialistas, el recorrido de este trabajo nos permite advertir, por un lado, la conformación de una esfera pública restringida a partir de un proceso de discusión basado en una participación selectiva, y por el otro, la reconversión de problemas políticos en asuntos económicos, jurídicos y técnicos”. Rivero destaca, contudo, que alguns intelectuais, como Martín Becerra e Damián Loreti buscaram construir um discurso contra-hegemônico em que “valorizaron la comunicación en sus aspectos sociales y culturales, enfatizando una perspectiva de derechos humanos”. Essa produção de um saber contra-hegemônico, muitas vezes designada pela expressão “contra-expertise”, está bastante presente em debates sobre a adoção de acordos de livre-comércio, por exemplo (AUBIN, 2006).

Corriveau, por sua vez, descreve o processo mais geral de colonização do espaço público pelo mercado e os constrangimentos impostos ao engajamento dos intelectuais críticos na esfera midiática. Ele aponta uma espécie de contradição inerente à essa modalidade de intervenção intelectual: como exercer uma reflexividade crítica se o universo midiático é refratário a esse tipo de discurso? Seria possível acessar o espaço público sem passar pelos meios de comunicação?

Já Rocha et. al. parte da acepção gramsciana de intelectual e que busca superar a “noção estigmatizada atribuída pelas elites”, abrindo margem à participação intelectual das classes subalterna. Nesse sentido, a esfera pública midiática funcionaria



3 No original: "On peut parler d'une certaine solitude des intellectuels critiques (...). Leur problème c'est leur isolement dans l'espace public et qu'on a l'impression qu'il n'y a pas grand-chose qui les aide : les médias ne les aident pas, l'université voudrait bien qu'ils fassent autre chose que produire un contenu critique, le mouvement ouvrier est affaibli...".

sobretudo como uma arena do "embate que se verifica no espectro ideológico entre os assessores da estrutura de poder e os movimentos sociais" e os jornalistas exerceriam uma mediação entre essas diferentes vozes. Os autores mostram que, apesar do processo de colonização dessa esfera pública pelas estruturas de poder haveria ainda algum espaço para mudança na medida em que "os media podem também ser elementos de reforço da sociedade civil, no sentido de proporcionarem uma visibilidade que se torne uma oportunidade para o aprofundamento das novas formas de cidadania que a emergência das identidades vem exigir".

Partindo, portanto, de situações distintas, Rivero, Corriveau e Rocha et. al. revelam um relativo fechamento dos espaços públicos (parlamentar e midiático) ao engajamento dos intelectuais críticos. Na entrevista, Christian Laval chega a uma conclusão semelhante: "É possível falar em uma certa solidão dos intelectuais críticos (...). O problema deles é o isolamento no espaço público e a impressão de que não há ninguém que possa ajudá-los: a mídia não os ajuda, a universidade prefere que eles façam qualquer coisa no lugar de produzir um conteúdo crítico, o movimento operário está debilitado...³". O que fazer face a essa situação? Tanto Laval como Corriveau depositam suas esperanças na sociedade civil, nos movimentos sociais – como instâncias de transformação social e de reapropriação do espaço público. Essa também é a conclusão de Rocha et. al. que destaca ainda o papel das mídias digitais na pluralização do espaço público. E, nesse contexto, o intelectual, independente da definição adotada, precisaria encontrar o seu espaço, redescobrir o seu papel na sociedade.

Intelectual e trabalho

Ao revelar o processo de gestão da imagem público e os constrangimentos que pensam sobre o engajamento público, este dossiê colabora para desmitificar o status do intelectual nas sociedades, revelar as contradições e tensões que condicionam sua identidade, suas práticas. A constituição de esferas intelectuais autônomas na Europa e nas Américas (do Sul e do Norte) veio acompanhada de uma "profissionalização" dos intelectuais e de uma reconversão de suas carreiras em função das condições impostas pelos novos espaços de atuação desses atores: a universidade, o mercado literário e editorial, as indústrias culturais. A literatura sobre os intelectuais no Brasil (RIDENTI, 2003, 2005; PEREIRA, 2011; Sacramento, neste dossiê), no Canadá (LAMONDE et. al., 2015; SEYMOUR, 2015), na França (BOURDIEU, 1984; RIEFFEL, 1993) e nos Estados Unidos (JACOBY, 1987; GOLDSTEIN, 2016) descreve esse processo de reconversão de certas carreiras cada vez mais dependentes dos critérios de legitimação importados das instituições políticas, acadêmicas e culturais. Essa reconversão acontece muitas vezes à revelia dos principais interessados, como testemunha o artigo de George e que mostra como pode ser difícil distinguir a pesquisa "livre" da pesquisa orientada. Isso é

4 Um artigo publicado no blog *Página Cinco* revela que 14 dos 19 principais prêmios literários concedidos no Brasil em 2016 (Prêmio São Paulo de Literatura, Jabuti, Biblioteca Nacional, Prêmio Rio de Literatura, Oceanos – Prêmio de Literatura em Língua Portuguesa e Prêmio APCA) foram para apenas duas editoras – uma dezena deles para o mesmo grupo editorial. Ver: <http://paginacincoblogosfera.uol.com.br/2016/12/08/premios-consagram-j-fuks-e-b-bracher-e-escancaram-concentracao-editorial/>

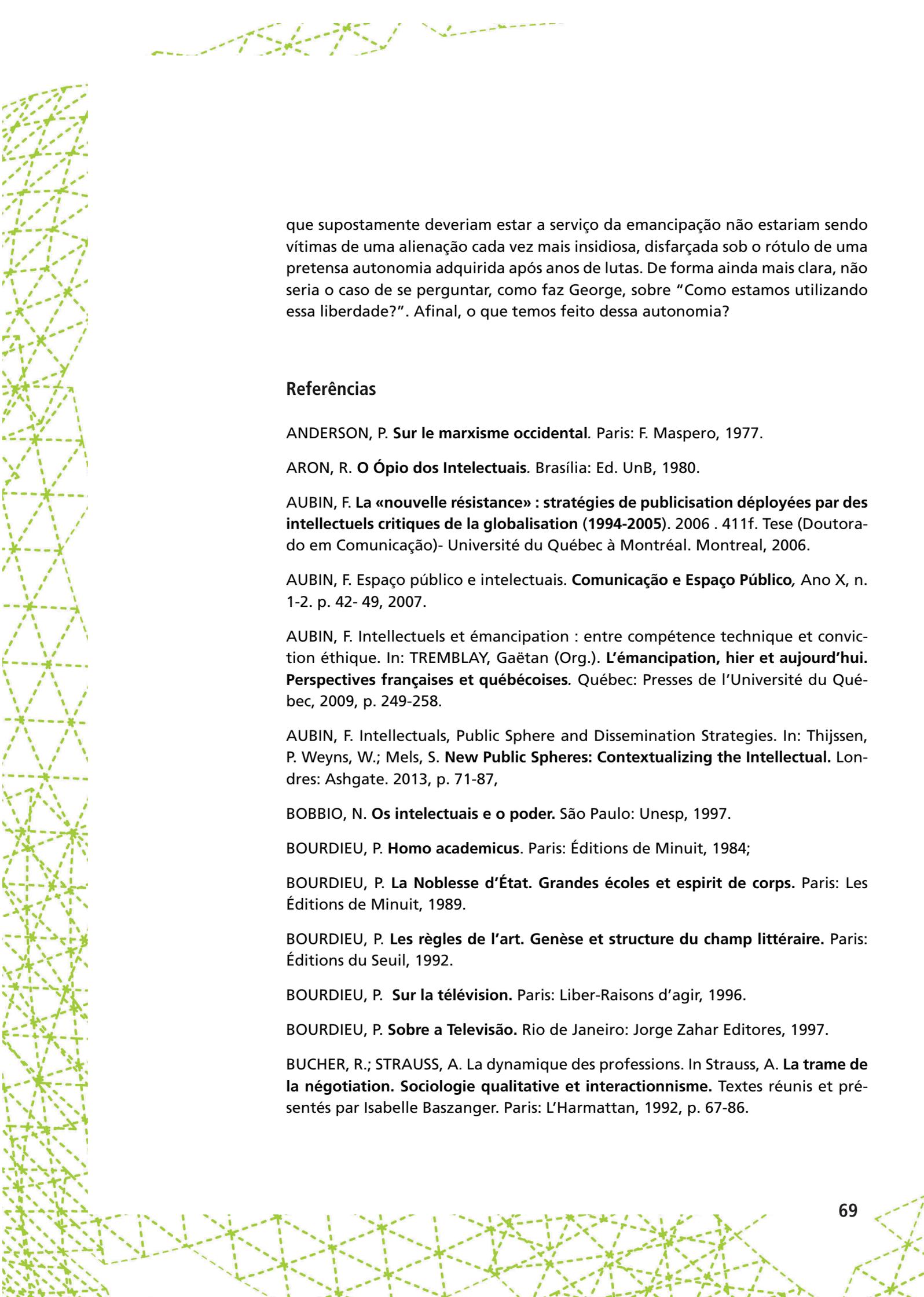
bastante revelador da forma como os princípios do neoliberalismo (produtividade, presença de indicadores) foram integrados pelos próprios atores, que dificilmente questionam essas injunções, consideradas muitas vezes parte dos critérios de avaliação pelos pares.

Por isso, ser (considerado) intelectual passar necessariamente por dar uma resposta satisfatória a essas exigências. Um/a professor/a universitário/a para ascender na carreira e ser reconhecido/a pelos pares deve, por exemplo, publicar em revistas científicas (de preferência indexadas em bases internacionais); um/a escritor/a “de sucesso” deve publicar em editoras de prestígio e com boa inserção no mercado editorial⁴. Um/a jornalista, um/a cineasta, um/a criador/a (de telenovelas, filmes, séries de TV) deve atender cada vez mais às demandas das audiências e a lógica imposta pelas indústrias culturais.

No caso específico do jornalismo, essas transformações foram particularmente trabalhadas por Pereira (2011) em sua análise das trajetórias dos jornalistas-intelectuais no Brasil. No livro, ele mostra como esse estatuto híbrido se altera no momento em que os intelectuais deixam de participar da fabricação dos jornais e passam a intervir de na mídia forma mais pontual, como fontes ou articulistas. Esse processo remete tanto a uma mudança do jornalismo brasileiro (que se “despolitiza” e se “desculturaliza” em relação ao modelo de imprensa dos anos 1950-1960), como das práticas dos intelectuais, que passam a atuar em outros espaços. “Assim, os debates intelectuais que se concentravam nos jornais estão agora distribuídos nos partidos políticos, nas redes de pesquisa e sociedades acadêmicas, nos demais ramos da indústria cultural”.

As constatações sobre esse processo de submissão do trabalho intelectual à lógica de mercado já estão presentes na chamada de trabalho deste dossiê temático. Ela trazia uma provocação sobre a necessidade de se pensar o intelectual – em suas diversas modalidades – nesse novo cenário. Não estariam, por exemplo, o trabalho científico, ou o trabalho docente, sendo submetidos a novos constrangimentos e a formas de organização e controle ditadas pela atual expansão da lógica financeira do capital, que colocam em questão inclusive as formas anteriores de participação dos intelectuais na construção da hegemonia? As respostas a estes questionamentos sugerem que desvelar as condições impostas pela lógica capitalista ao trabalho intelectual é fundamental para compreender o seu papel nos dias de hoje.

Portanto, as lógicas da produtividade, do utilitarismo, afetam profundamente o trabalho e a identidade os intelectuais. O que é perverso nesse processo é a forma como atores supostamente portadores de um discurso libertador acabam interiorizando e reproduzindo certas modalidades de dominação (incluindo a dominação de gênero). Nesse sentido, este dossiê, publicado em uma revista acadêmica, talvez possa ser visto também como um espaço de discussão e auto-crítica direcionado a nós, intelectuais universitários, que muitas vezes seguimos de forma irrefletida as regras do jogo. É possível se perguntar se os intelectuais,



que supostamente deveriam estar a serviço da emancipação não estariam sendo vítimas de uma alienação cada vez mais insidiosa, disfarçada sob o rótulo de uma pretensa autonomia adquirida após anos de lutas. De forma ainda mais clara, não seria o caso de se perguntar, como faz George, sobre “Como estamos utilizando essa liberdade?”. Afinal, o que temos feito dessa autonomia?

Referências

ANDERSON, P. **Sur le marxisme occidental**. Paris: F. Maspero, 1977.

ARON, R. **O Ópio dos Intelectuais**. Brasília: Ed. UnB, 1980.

AUBIN, F. **La «nouvelle résistance» : stratégies de publicisation déployées par des intellectuels critiques de la globalisation (1994-2005)**. 2006 . 411f. Tese (Doutorado em Comunicação)- Université du Québec à Montréal. Montreal, 2006.

AUBIN, F. Espaço público e intelectuais. **Comunicação e Espaço Público**, Ano X, n. 1-2. p. 42- 49, 2007.

AUBIN, F. Intellectuels et émancipation : entre compétence technique et conviction éthique. In: TREMBLAY, Gaëtan (Org.). **L'émancipation, hier et aujourd'hui. Perspectives françaises et québécoises**. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2009, p. 249-258.

AUBIN, F. Intellectuals, Public Sphere and Dissemination Strategies. In: Thijssen, P. Weyns, W.; Mels, S. **New Public Spheres: Contextualizing the Intellectual**. Londres: Ashgate. 2013, p. 71-87,

BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: Unesp, 1997.

BOURDIEU, P. **Homo academicus**. Paris: Éditions de Minuit, 1984;

BOURDIEU, P. **La Noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.

BOURDIEU, P. **Les règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire**. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

BOURDIEU, P. **Sur la télévision**. Paris: Liber-Raisons d'agir, 1996.

BOURDIEU, P. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997.

BUCHER, R.; STRAUSS, A. La dynamique des professions. In Strauss, A. **La trame de la négociation. Sociologie qualitative et interactionnisme**. Textes réunis et présentés par Isabelle Baszanger. Paris: L'Harmattan, 1992, p. 67-86.

BUXTON, D. Un problème de définition. In : BUXTON, D. et JAMES F. (Orgs.). **Les intellectuelles des médias en France**. Paris: L'Harmattan, 2005, pp. 11-26.

CHARLE, C. **Naissance des 'intellectuels'. 1880-1900**. Paris: Minuit, 1990

DEBRAY, R. **Le pouvoir intellectuel en France**. Paris :Ramasay, 1979.

FORTIN, A. **Passage de la modernité : les intellectuels québécois et leurs revues**. Sainte-Foy: Presses de l'Université Laval, 1993.

GOLDSTEIN, E. R.. The New Intellectuals: Is the academic jobs crisis a boon to public culture? **The Chronicle of Higher Education**, 13 de Nov. 2016. Disponível em: <http://www.chronicle.com/article/The-New-Intellectuals/238354?key=dCUViR9a-EOigReN8KYScIhtePPbbZQqhYiy7iOHA8Hz3LH5C1xjtKFu4h1LrMN2N2N1hfZ-m85akpmempEb0VHcHVleVNBT3ZPbEtrMkRJSTY2RzhMVW9iMA>. Acesso em: 17 dec. 2016.

GONZALEZ, H. **O que são intelectuais?**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

JACOBY, R. **The Last Intellectuals : American Culture in the Age of Academe**. New York : Basic Books, 1987.

KEUCHEYAN, R. **Hémisphère gauche : une cartographie des nouvelles pensées critiques**. Paris: Zones, 2010.

LAMONDE, Y.; BERGERON, M-A.; LACROIX, M.; LIVERNOIS, J. **Les intellectuels au Québec—Une brève histoire**. Montréal: Del Busso, 2015.

MATTELART, A.; MATTELART, M. UNE CULTURE POUR GÉRER LA CRISE Les moyens de communication de masse jouent un rôle éminent dans la restructuration du capitalisme. Que font les intellectuels? **Le Monde diplomatique**, Octobre 1979, p. 8-11.

MÁXIMO, A. C. **Os intelectuais e a Educação das Massas: O Retrato de uma Tormenta**. Campinas: Autores Associados, 2000.

PEREIRA, F. H. **Jornalistas-intelectuais no Brasil**. São Paulo: Summus, 2011

RIDENTI, M. Cultura e política brasileira: enterrar os anos 60?. In: BASTOS, E. R.; RIDENTI, M, ROLLAND, D. (Orgs.). **Intelectuais: sociedade e Política, Brasil-França**. São Paulo: Cortez, 2003 pp.197-212.

RIDENTI, M. Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. **Tempo social**, vol 17, n.1, p. 81-110. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n1/v17n1a03.pdf>. Acesso em: 17 dec. 2016.

RIEFFEL, R. **La Tribu des clercs. Les intellectuels sous la Ve République 1958-1990**. Paris: Calmann-Lévy, 1993.

SEYMOUR, M. **Une idée de l'université Propositions d'un professeur militant**. Montréal: Boréal, 2015.